a partir da Unificação Européia, oferece a seguinte conceituação: o "modelo sócio-corporativista alemão, o liberal-voluntarista inglês e o paternalista-estatal francês" (Visser, 1993: 24).

5. Informações detalhadas e uma análise crítica sobre os Cobas podem ser encontradas em L. Bordogna, "'Arcipelago Cobas': Frammentazione della rappresentanza e conflitti di Lavoro", in *Política in Italia*, Bologna, Ed. Mulino, 1988, pp. 257/292.
6. João Bernardo levou ao limite esta crítica, mostrando, não sem boa dose de razão, que os sindicatos tornaram-se também grandes empresas capitalistas, atuando, enquanto tal, sob uma lógica que em nada difere das empresas privadas. Conforme J. Bernardo, *Capital, Sindicatos, Gestores*, São Paulo, Ed. Vértice, 1987.

IV
QUAL CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO?

O que tratamos anteriormente nos permite indicar algumas "teses", de modo a oferecer conclusões em relação aos temas que desenvolvemos ao longo deste livro.[1]

Primeira tese:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma *sociedade produtora de mercadorias*. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A "diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos" ou "o aumento crescente do capital constante em relação ao variável" reduz relativamente, mas não elimina, o papel do *trabalho coletivo* na produção de valores de troca (Marx, 1975: 723-724). Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão *mercadoria* que resultam da interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se

pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa *articulação* entre os trabalhos *vivo* e *morto*. Parece difícil imaginar diferentemente quando se considera o sistema produtor de mercadorias em escala global. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado *não negam a lei do valor*, quando se considera a *totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo* como expressão de múltiplas *atividades combinadas*.

Quando se tematiza a crise da sociedade do trabalho, parece-nos decisivo recuperar a distinção marxiana feita entre trabalho *concreto* e *abstrato*: "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso" (Marx, 1971: 54). De um lado, tem-se o caráter *útil* do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de *coisas socialmente úteis e necessárias*. É o momento em que se efetiva o *trabalho concreto*, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão *abstrata*, onde "desvanecem-se... as diferentes formas de trabalho concreto" e onde "elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato" (idem: 45).

Sabe-se que, no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto

condição *necessária* para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias.[2] Do que resulta que a dimensão *concreta* do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão *abstrata*. Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho *abstrato* (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre tantos outros).

No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho *abstrato*, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. *A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias?* Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho *abstrato* somente poderá ser entendida, em termos marxianos, como a *redução* do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Neste ponto estamos de acordo com Kurz ao dizer que: "A *sociedade do trabalho* como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e do conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho" (Kurz, 1992: 26).

Nesta vertente, entretanto, é possível constatar pelo menos duas maneiras bastante distintas de compreensão da chamada *crise da sociedade do trabalho abstrato*: aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias — com a qual já manifestamos nossa discordância — e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho *estranhado, fetichizado* e, portanto, *desrealizador* e *desefetivador* da atividade humana

autônoma. Neste segundo sentido, que apreende a essencialidade do capitalismo, reconhece-se o papel central da classe trabalhadora na criação de valores de troca — naturalmente incorporando toda a discussão que fizemos na primeira parte deste livro —, mas o faz enfatizando que essa *forma de ser* do trabalho, sob o reino das mercadorias é, como Marx demonstrou desde os *Manuscritos de 1844*, essencialmente nefasta para o ser social que busca a *omnilateralidade* e que sob a forma do trabalho *estranhado* vivencia a *unilateralidade*. Nesta concepção recusa-se agudamente o *culto do trabalho assalariado*, tão fortemente idealizado por inúmeras vertentes do marxismo neste século XX. Mais *fetichizada* do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea, portanto, reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho *estranhado*.

A outra variante crítica, que nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea defende, em grande parte de seus formuladores, a recusa do papel central do trabalho, tanto na sua dimensão *abstrata*, que cria valores de troca — pois estes já não seriam mais decisivos hoje — quanto na negação do papel que o trabalho *concreto* tem na estruturação de um mundo emancipado e em uma vida cheia de sentido. Quer pela sua qualificação como sociedade de serviços, pós-industrial e pós-capitalista, quer pela vigência de uma lógica institucional tripartite, vivenciada pela ação pactuada entre o capital, os trabalhadores e o Estado, essa sociedade contemporânea, menos mercantil e mais contratualista, não mais seria regida centralmente pela lógica do capital, mas pela busca da alteridade dos sujeitos sociais, pela vigência de relações de civilidade fundadas na cidadania, pela expansão crescente de "zonas de não-mercadorias", ou ainda pela disputa dos fundos públicos.[3]

Habermas faz a síntese mais articulada desta tese: "A utopia da sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva... Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes 'indicações da força

objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral'". E, depois de referir-se favoravelmente à obra de Gorz, acrescenta: "Coração da utopia, a emancipação do trabalho heterônomo apresentou-se, porém, sob outra forma no projeto sócio-estatal. As condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em auto-atividade" (Habermas, 1987: 106-107). Embora Habermas se refira à dimensão *abstrata* do trabalho, evidencia-se, nessa vertente interpretativa, que o trabalho não tem mais potencialidade estruturante nem no universo da sociedade contemporânea, como trabalho *abstrato*, nem como fundamento de uma "utopia da sociedade do trabalho", como trabalho *concreto*, pois "os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação" (idem: 114).[4]

Cremos que sem a devida incorporação desta distinção entre trabalho *concreto* e *abstrato*, quando se diz *adeus ao trabalho*, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira *una* um fenômeno que tem *dupla* dimensão. A lembrança de A. Heller é sugestiva, quando afirma que o trabalho tem que ser apreendido em seu duplo aspecto: como execução de um trabalho que é *parte da vida cotidiana* e como *atividade* de trabalho, como uma objetivação diretamente genérica. Marx, diz a autora, serve-se de dois termos distintos para melhor caracterizar esta dimensão dupla do trabalho: *work* e *labour*. O primeiro (*work*) realiza-se como expressão do trabalho *concreto*, que cria valores socialmente úteis. O segundo (*labour*) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado (Heller, 1977: 119-127). O trabalho entendido enquanto *work* expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho *concreto*. Em contrapartida o *labour* exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade *estranhada*, *feti-*

chizada. A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho *abstrato* seja entendida equivocamente como a crise da sociedade do trabalho concreto.

A superação da sociedade do trabalho abstrato, nos termos que estamos aqui sugerindo, requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, da *classe-que-vive-do-trabalho* como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente, *de caminhar para além do capital*.[5] *Portanto, trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo central*. E há, como já indicamos anteriormente, outra conseqüência equívoca quando se desconsidera a dupla dimensão do ato laborativo: aquela que rechaça o papel do trabalho como *protoforma* da atividade humana emancipada. Nega-se o papel do trabalho *concreto* como momento *primeiro* de efetivação de uma individualidade omnilateral, condição sem a qual não se realiza a dimensão do *gênero-para-si*.

Aqui aflora uma questão instigante: a superação da sociedade do trabalho abstrato (para usarmos uma vez mais essa expressão) e o seu trânsito para uma sociedade emancipada, fundada no trabalho concreto, supõe a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, *ao mesmo tempo em que supõe também uma transformação radical do trabalho estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral*. Em outras palavras, a recusa radical do trabalho abstrato não deve levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades humanas e sociais. É a não aceitação desta tese que leva tantos autores, Gorz à frente, a imaginar um trabalho *sempre heterônomo*, restando praticamente a luta pelo tempo liberado. Seria a realização, esta sim utópica e romântica, do *trabalho que avilta e do tempo (fora do trabalho) que libera*. Esta concepção acaba desconsiderando a

dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades.[6]

Entendemos que a ação efetivamente capaz de possibilitar o salto *para além do capital* será aquela que incorpore as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como a redução *radical* da jornada de trabalho e a busca do "tempo livre" sob o capitalismo, *desde que esta ação esteja indissoluvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis*. Este seria o ponto de partida *para uma organização societária que caminhe para a realização do reino das necessidades (esfera onde o trabalho se insere) e deste para o reino da liberdade (esfera onde o trabalho deixa de ser determinado, como disse Marx, pela necessidade e pela utilidade exteriormente imposta)*,[7] *condição para um projeto fundamentado na associação livre dos indivíduos tornados efetivamente sociais*, momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano.

É por isso que quando o movimento de classe dos trabalhadores se restringe e se atém *exclusivamente* à luta pela redução da jornada de trabalho, configura-se uma ação extremamente defensiva e insuficiente. Limitada a si mesma, esta ação situa-se no interior da sociedade produtora de mercadorias. É imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre *nenhuma* possibilidade de se constituir no elemento estruturante.

A saída possível é, portanto, a "adoção generalizada e a utilização criativa do *tempo disponível* como o princípio orientador da reprodução societária... Do ponto de vista do trabalho, é perfeitamente possível divisar o tempo disponível como a condição que preenche algumas funções positivas vitais na vida/atividade dos produtores associados (finalidades que só ele pode preencher), uma vez que a unidade perdida entre

necessidade e produção é reconstituída a um nível qualitativo superior a quanto já tenha existido no relacionamento histórico entre o 'caracol e a sua concha'" (o trabalhador e os meios de produção) (Mészáros, 1989a: 38-39). O *tempo disponível*, do ponto de vista do trabalho voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciará a eliminação de todo o *trabalho excedente* acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca. Desse modo, o *tempo disponível* controlado pelo trabalho e voltado para a produção de valores de uso — e tendo como conseqüência o resgate da dimensão *concreta* do trabalho e a dissolução da sua dimensão *abstrata* — poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade produtora de mercadorias. E será capaz de, uma vez mais, evidenciar o papel fundante do *trabalho criativo* — que suprime a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital — e por isso capaz de se constituir em *protoforma* de uma atividade humana emancipada.

Segunda tese:

Enquanto criador de *valores de uso*, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar a eliminação da sociedade do trabalho *abstrato* — ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias —, é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do *trabalho* como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, *protoforma* de uma atividade humana. Em outras palavras: uma coisa é conceber, *com a eliminação do capitalismo*, também o fim do *trabalho abstrato*, do trabalho *estranhado*; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do *trabalho concreto*, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido dessa sua *dupla* dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de *trabalho abstrato, trabalho estranhado* e *fetichizado*.[8] A conseqüência que disto decorre é, então, na melhor

das hipóteses, imaginar uma sociedade do *tempo livre*, com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho *estranhado* e *fetichizado*.

Esta *segunda tese* — um desdobramento da anterior — é, portanto, decorrência da desconsideração acerca do duplo caráter do trabalho, presente em muitos dos críticos da chamada sociedade do trabalho. Isso porque "o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem — quaisquer que sejam as formas de sociedade —, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana" (Marx, 1971: 50).[9] Nesta dimensão genérica, o trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana. Não é outro o sentido dado por Lukács (1981: 14): "Somente o trabalho tem em sua essência ontológica um declarado caráter intermediário: é em sua essência uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, seja inorgânica (...) ou orgânica, inter-relação que (...) antes de tudo distingue a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado social".

O trabalho é, por isso, considerado como "modelo", "fenômeno originário", *protoforma* do ser social (idem: 14). O simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais. O que permite a Lukács afirmar que *a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas* (idem: 19 e 24).

Neste plano genérico, entendido enquanto *work*, como criador de coisas úteis, como auto-atividade humana, o trabalho tem um estatuto ontológico central na *práxis social*: "Com justa razão se pode designar o homem que trabalha... como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. (...) O homem torna-se um ser que

dá respostas precisamente à medida que (...) ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho... Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser 'não apenas meio de vida', mas 'o primeiro carecimento da vida', só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo" (Lukács, 1978: 5 e 16).

Aqui transparece uma vez mais a fragilidade maior dos críticos da sociedade do trabalho: a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver. Em verdade, essa concepção fundamenta-se no reconhecimento e na aceitação de que o trabalho, regido pela lógica do capital e das mercadorias, é inevitável ou até mesmo ineliminável, do que resulta que o trabalho humano não pode converter-se numa verdadeira auto-atividade.

É importante reafirmar que o trabalho, entendido como *protoforma* da atividade humana, não poderá jamais ser confundido como o *momento único ou totalizante*; ao contrário, o que aqui estamos procurando reter é que a esfera do trabalho concreto é *ponto de partida* sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade humana

(que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação.

Neste sentido, a automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, *desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários*. Na síntese oferecida por Mandel (1986: 17-18): "Marx opõe o potencial emancipador da automação e da robótica, sua capacidade de aumentar grandemente o tempo livre para o ser humano, que se refere ao tempo para o florescimento da personalidade humana em sua totalidade, frente às suas tendências opressivas sob o capitalismo". E acrescenta: "Numa sociedade de classes, a apropriação do sobre produto social por uma minoria significa a *possibilidade de ampliar o tempo livre somente para esta minoria* e, conseqüentemente, a reprodução sempre mais ampliada da sociedade entre aqueles que administram e acumulam conhecimentos e aqueles que produzem sem ter acesso aos conhecimentos, ou com um acesso muito limitado aos mesmos. Numa sociedade sem classes, a apropriação e o controle do sobre produto social pelos produtores associados significará, ao contrário, uma redução radical do tempo de trabalho (do trabalho necessário) *para todos*, um aumento radical do tempo livre *para todos* e, portanto, a desaparição da divisão social do trabalho entre administradores e produtores, entre aqueles e aquelas que têm acesso a todos os conhecimentos e aqueles e aquelas que estão separados da maior parte do saber".

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, "constatam empiricamente" a perda de relevância do trabalho *abstrato* na sociedade moderna, convertida em sociedade "pós-industrial" e de "serviços" e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o "fim da utopia da sociedade do trabalho" em seu sentido amplo e genérico.[10] Procuramos aqui indicar, no contraponto que estamos sugerindo,

que estas formulações padecem de enormes limitações (que resultam em grande medida do abandono de categorias analíticas de origem marxiana), de que é o maior exemplo a desconsideração da dupla dimensão presente no trabalho (enquanto *work* e *labour*, enquanto trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*). Quando a defesa da sociedade do mercado e do capital não é claramente explicitada nestas formulações, resta a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele*. Ou, repetindo o que dissemos anteriormente, tentando compatibilizar *trabalho aviltado* com *tempo liberado*.

Terceira tese:

Embora *heterogeneizado, complexificado e fragmentado*, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam *centralmente* no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho e *pelo* trabalho. Esta não *exclui* nem *suprime* outras formas de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado informal, os "trabalhadores domésticos", os desempregados, os subempregados etc., que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto *classe*, constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade *anticapitalista*.

Em síntese, a luta da *classe-que-vive-do-trabalho* é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de

uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido. Mas, quando o *eixo* é a *resistência e o confronto à lógica do capital* e à *sociedade produtora de mercadorias*, o centro desta ação encontra maior *radicalidade* quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras, ainda que reconhecendo que esta empreitada é muito mais complexa e difícil que no passado, quando a sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente.

O elemento central que sustenta nossa formulação é, portanto, a reafirmação da vigência do sistema produtor de mercadorias em escala global: por isso, como diz Mészáros (1987: 51-52), a "compreensão do desenvolvimento e da auto-reprodução do modo de produção capitalista é completamente impossível sem o conceito de capital social *total*, que por si só é capaz de explicar muitos mistérios da 'commodity society' — desde a 'taxa média de lucro' até as leis que governam a expansão e concentração do capital. Do mesmo modo, é completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho, tanto nacionalmente diferenciado como socialmente estratificado, sem que se tenha presente o necessário quadro analítico apropriado: a saber, o irreconciliável antagonismo entre o capital social *total* e a *totalidade* do trabalho.

Este antagonismo fundamental, desnecessário dizer, é inevitavelmente modificado em função de:

a) circunstâncias sócio-econômicas locais;

b) posição relativa de cada país na estrutura global da produção de capital;

c) maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global".[12]

Portanto, ainda que resultando de uma atividade laborativa heterogênea, socialmente combinada e globalmente articulada, a *totalidade do trabalho* cumpre papel central no processo de criação de valores de troca. Se a este elemento central adicionarmos outros pólos de contradição decorrentes do próprio processo de produção do capital — como os enormes contin-

gentes de desempregados, que resultam das explosivas taxas de desemprego estrutural vigentes em escala global — encontraremos neste universo, *dado pelo conjunto dos seres sociais que dependem da venda da sua força de trabalho*, grande parte das possibilidades de ação *para além do capital*. Por isso, não concordamos com as teses que propugnam o desaparecimento das ações de classe, bem como a perda da sua potencialidade anticapitalista. A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução *no* e *do* trabalho. É uma revolução *no* trabalho na medida em que deve necessariamente *abolir* o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução *do* trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o *sujeito coletivo* capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador.

Quarta tese:

Essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da *classe-que-vive-do-trabalho* não caminha no sentido da sua extinção; ao contrário de um *adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora*, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado, a *possibilidade* da emancipação *do* e *pelo* trabalho, como um *ponto de partida* decisivo para a busca da omnilateralidade humana. De outro lado, coloca-se um desafio enorme, dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, "terceirizado", participantes da "economia informal", da *subclasse* dos trabalhadores. Não cremos que esta heterogeneidade *impossibilite* uma atuação conjunta destes segmentos sociais enquanto *classe*, ainda que a aproximação, articulação e unificação destes estratos que compõem a classe trabalhadora sejam, não é demais repetir,

um desafio de muito maior envergadura do que aquele imaginado pela esquerda socialista.[13]

Do enunciado acima decorre outra questão instigante e de enorme importância: nos embates desencadeados pelos trabalhadores e aqueles socialmente excluídos, que o mundo tem presenciado e que são dotados de alguma dimensão anticapitalista, é possível detectar maior *potencialidade* e mesmo *centralidade* nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais "estável" e conseqüentemente maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, o pólo mais fértil da ação anticapitalista encontra-se exatamente naqueles segmentos sociais mais excluídos, nos estratos mais subproletarizados?

Não cremos que esta questão possa ser hoje plenamente respondida. As metamorfoses foram (e estão sendo) de tal intensidade que qualquer resposta seria prematura. O que nos parece mais evidente é enfatizar, desde logo, a necessidade imperiosa de que esses segmentos que compõem a heterogênea classe trabalhadora aceitem o desafio de buscar os mecanismos necessários, capazes de possibilitar a confluência e aglutinação *de classe*, contra todas as tendências à individualização das relações de trabalho, à exacerbação do neocorporativismo, ao acirramento das contradições no interior do mundo do trabalho etc.

É possível, entretanto, fazer uma segunda consideração sobre essa questão: aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecnológico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, poderiam estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade anticapitalista.[14] Mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são exatamente aqueles que têm vivenciado, subjetivamente, maior envolvimento "integracionista" por parte do capital, da qual a tentativa de manipulação elaborada pelo *toyotismo* é a melhor expressão, ou têm sido responsáveis, muitas vezes, por ações que se pautam por concepções de inspiração *neocorporativa*.

Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários etc., que denominamos *subproletariado*, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, *uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder* no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, mesclam elementos desses dois pólos da "sociedade dual". Por isso entendemos que a superação do capital somente poderá resultar de uma empreitada que *aglutine* e *articule* o *conjunto* dos segmentos que compreendem a *classe-que-vive-do-trabalho*.

O não reconhecimento desse ponto constitui, em nosso entendimento, outro equívoco de Gorz. Sua ênfase em ver no universo da *não-classe dos não-trabalhadores* o pólo potencialmente capaz de transformar a sociedade tem, por um lado, o mérito de localizar nesse segmento social potencialidades anticapitalistas. Mas tem como contraponto negativo o fato de conceber os trabalhadores produtivos como quase irreversivelmente *integrados* à ordem do capital, perdendo a possibilidade de vê-los enquanto sujeitos capazes de lutar por uma vida emancipada. Esta caracterização padece também do equívoco conceitual de denominar como *não-classe dos não-trabalhadores* um segmento importante e crescente da *classe trabalhadora*.[15] Pelo que desenvolvemos anteriormente, a *heterogeneidade, fragmentação e complexificação* efetivam-se no interior do mundo do trabalho, nele incluído desde os trabalhadores produtivos, "estáveis", até o conjunto dos trabalhadores precários, daqueles que vivenciam o desemprego estrutural etc. É este conjunto de segmentos, que dependem da venda da sua força de trabalho, que configura a *totalidade do trabalho social*, a classe trabalhadora e o mundo do trabalho.

Quinta tese:

O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norte-americana, como pudemos indicar anteriormente, não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do *estranhamento*, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se *minimizou* a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o *estranhamento* é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do *estranhamento*, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas, ao contrário, "pode desfigurar, aviltar etc., a personalidade humana"... Isto porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar "diretamente um crescimento da capacidade humana", pode também "neste processo sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)" (Lukács, 1981: 562).

A presença do "Terceiro Mundo" no coração do "Primeiro Mundo", através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado *exclusivamente para a criação de valores de troca*, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes e diretos das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e dotada de dimensão emancipada para o ser social que trabalha. Evidencia-se, portanto, que o *estranhamento* é um fenômeno exclusivamente *histórico-social*, que em cada momento da história se apresenta de formas sempre diversas, e que por isso não pode ser jamais considerada como uma *condition humaine*, como um traço natural do ser social (Lukács, 1981: 559). Nas palavras do

filósofo húngaro (idem: 585): "... não existe um estranhamento como categoria geral ou, tanto menos, supra-histórica, antropológica. O estranhamento tem sempre características histórico-sociais, em cada formação e em cada período aparece *ex novo*, posto em marcha pelas forças sociais realmente operantes".

No que diz respeito ao *estranhamento* no mundo da produção, ao estranhamento *econômico*, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa. Esse *estranhamento* permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. A *desidentidade* entre o *indivíduo* que trabalha e a sua dimensão de *gênero humano* também não foi eliminada. Mais do que isso, as diversas manifestações de *estranhamento* atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do *consumo*, a esfera da vida *fora* do trabalho, fazendo do *tempo livre*, em boa medida, *um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos.*

Paralelamente a essa *indução* para o consumo, opera-se, em verdade, uma enorme *redução* das necessidades, na medida em que a "forma de expressão mais significativa do empobrecimento das necessidades é sua *redução* e *homogeneização.* Ambas caracterizam tanto as classes dominantes como a classe trabalhadora, porém *de modo desigual*... Para as classes dominantes esse ter é *possessão* efetiva... A necessidade de *ter* do trabalhador, pelo contrário, diz respeito à sua mera sobrevivência: vive para manter-se... O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo" (Heller, 1978: 64-65).

De modo que, ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do fenômeno social do *estranhamento*, quando se pensa na subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho* na sociedade contemporânea, cremos, como esperamos ter indicado anteriormente, que as mudanças em curso no processo de trabalho, apesar de algumas alterações *epidérmicas*, não eliminaram os condicionantes básicos desse fenômeno social, o que faz com que as ações desencadeadas no mundo do trabalho, contra as diversas manifestações do *estranhamento*, tenham ainda enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea.

Portanto, para concluir este texto, é necessário assinalar que, ao contrário das formulações que preconizam o fim das lutas sociais entre as classes, é possível reconhecer a persistência dos antagonismos entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*, ainda que particularizados pelos inúmeros elementos que caracterizam a região, país, economia, sociedade, cultura, gênero, sua inserção na estrutura produtiva global etc. Dado o caráter mundializado e globalizado do capital, torna-se necessário apreender também as particularidades e singularidades presentes nos confrontos entre as classes sociais, tanto nos países avançados quanto naqueles que não estão diretamente no centro do sistema — do qual faz parte uma gama significativa de países intermediários e industrializados, como o Brasil. Isso se configura como um projeto de pesquisa de longa duração, da qual este ensaio, onde procuramos apreender algumas tendências e metamorfoses em curso no mundo do trabalho, é um primeiro resultado.

NOTAS

1. Como este livro é resultado de uma pesquisa em andamento, torna-se evidente que, apesar do caráter predominantemente afirmativo destas "teses", elas estão sujeitas a revisões e reelaborações.
2. Foi explorando esta tendência que István Mészáros desenvolveu a tese acerca da *taxa de uso decrescente* no capitalismo: "O capital não trata *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor-de-troca* meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último. Devidamente situado no tempo e no espaço, isto representa uma inovação radical, que abre horizontes anteriormente inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na constatação prática de que qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada, no outro extremo das possíveis taxas de uso, sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista" (Mészáros, 1989a: 22-23).
3. Pelo que formulamos anteriormente, também não podemos concordar com um autor sempre criativo e instigante como Francisco de Oliveira, quando afirma — apesar das inúmeras diferenças com autores acima citados, das quais o reconhecimento da vigência da lutas de classes por certo não é secundário — que o padrão de financiamentos públicos do *welfare state* "operou uma verdadeira 'revolução copernicana' nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas conseqüências, o padrão de financiamento público 'implodiu' o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral" (Oliveira, 1988: 13-14). O que aqui nos parece relevante é qual deles — o valor ou o fundo público — tem estatuto fundante na sociabilidade contemporânea, no processo de reprodução do capital. A crise do *welfare state*, a avalanche neoliberal e a dimensão global e mundializada do capital parecem confirmar a prevalência do valor como o elemento estruturante da sociabilidade produtora de mercadorias e o fundo público como sendo o seu regulador/contraponto *e não o seu substituto*, o que faz uma enorme diferença. Essa formulação de Francisco de Oliveira, feita de maneira embrionária, avançou, em texto posterior, para a "elaboração teórico-conceitual" de "um modo social-democrata de produção" que articula valor e antivalor (Oliveira, 1993: 136-143).
4. De maneira mais empírica, mas em consonância com o essencial desta tese, diz A. Touraine (1989: 10-11): "Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixaram de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária. Nos lugares onde aparentemente é o mais combativo, como na Itália e na França, o movimento operário, através dos conflitos e das crises que podem ser violentas, obtém pouco a pouco uma ampliação dos direitos e da capacidade de negociação, portanto, uma certa institucionalização dos conflitos do trabalho... Este deixa de ser um personagem central da história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial". E Gorz (1990: 42), sintonizado com Touraine, acrescenta que outros antagonismos sociais vieram a sobrepor-se àquele desencadeado pelo capital e trabalho, que acabou sendo relativizado e mesmo superado pelo "conflito básico" entre a "megamáquina burocrático-industrial" e a população.

5. Este nos parece um dos equívocos de que padece o instigante livro de R. Kurz, que reconhece a sociedade como produtora de mercadorias, mas que acaba acreditando na tese da extinção da classe trabalhadora como agente capaz de impulsionar essas transformações. Ver, a respeito, nosso texto "A Crise Vista em sua Globalidade", neste volume, onde discutimos mais detalhadamente as principais teses presentes naquele livro.
6. Tratando do trabalho intelectual e artístico sob o capitalismo, Berman, talvez de maneira muito direta e suprimindo várias *mediações*, mas por certo retendo o essencial, assim descreve os condicionantes presentes naquelas modalidades de trabalho: estes intelectuais "só escreverão livros, pintarão quadros, descobrirão leis físicas ou históricas, salvarão vidas, se alguém munido de capital estiver disposto a remunerá-los. Mas as pressões da sociedade burguesa são tão fortes que ninguém os remunerará sem o correspondente retorno — isto é, sem que o seu trabalho não colabore, de algum modo, para 'incrementar o capital'. Eles precisam 'vender peça por peça' a um empregador desejoso de lhes explorar os cérebros com vistas à obtenção de lucro. Eles precisam esquematizar-se e apressar-se sob uma luz favoravelmente lucrativa; precisam competir (não raro de forma brutal e sem escrúpulos) pelo privilégio de serem comprados, apenas para poder prosseguir em seu trabalho. Assim que o trabalho é executado, eles se vêem, tal como qualquer outro trabalhador, separados do produto do seu esforço. Seus bens e serviços são postos à venda e são 'as vicissitudes da competição e as flutuações de mercado', mais do que qualquer intrínseca verdade, beleza ou valor... que determina seu destino" (Berman, 1987: 113-114).
7. (Marx, 1971: 942).
8. Dessa limitação analítica não escapa André Gorz: "No sentido em que entendemos atualmente, o *trabalho* nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e os proletários". Desse entendimento decorre que "'Trabalho' (que como se sabe, vem de *tripalium*, aparelho dotado de três estacas cujo acionamento torturava o operador) — hoje em dia designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos 'trabalho' e 'emprego' tornaram-se equivalentes..." (Gorz, 1982: 9).
9. Esta concepção, essencial para Marx, reaparece quase literalmente no capítulo V de *O Capital*, onde discute o processo de trabalho. O que nos faz discordar de Agnes Heller, em texto do início dos anos 80, já marcado por uma nítida ruptura com o Lukács da maturidade, e também operando uma *releitura* de elementos fundamentais da formulação marxiana, ao atribuir à formulação de *O Capital* e seus estudos preparatórios a prevalência de um "paradigma da produção" que se diferencia do "paradigma do trabalho", este presente nos *Manuscritos de 44* (Heller, 1981: 103-105).
10. Embora próximo de Habermas e Gorz, naquilo que diz respeito à perda da centralidade do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, Robert Kurz tem frente a eles uma significativa diferença, à medida que enfatiza, como mostramos anteriormente, o fim da sociedade do trabalho *abstrato* (Kurz, 1992). Para Offe "... pode-se falar de uma crise da sociedade do trabalho à

medida que se acumulam indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais. (...) a qualidade do trabalhador torna-se imprópria para a fundamentação da identidade — e assim também para o enquadramento sociológico uniforme dos interesses e da consciência — daqueles que *são* trabalhadores" (Offe, 1989: 7-8). Neste caso, o universo conceitual é muito diferente daquele utilizado por Robert Kurz.

11. Ou, de acordo com uma fórmula *híbrida*, no limite também subordinada à lógica dada pela racionalidade econômica do capital, onde o "socialismo deve ser concebido como uma ligação da racionalidade capitalista dentro de uma estrutura democraticamente planejada, que deve servir para alcançar certos objetivos democraticamente determinados..." (Gorz, 1990: 46).
12. Essa intensificação das contradições sociais é apontada também por Octávio Ianni, quando afirma "... que sob o capitalismo global as contradições sociais globalizam-se, isto é, generalizam-se mais do que nunca. Desdobram-se seus componentes sociais, econômicos, políticos e culturais pelos quatro cantos do mundo. O que era desenvolvimento desigual e combinado no âmbito de cada sociedade nacional e no de cada sistema imperialista, sob o capitalismo mundial universaliza-se. As desigualdades, tensões e contradições generalizam-se em âmbito regional, nacional, continental e mundial, compreendendo classes sociais, grupos étnicos, minorias, culturas, religiões e outras expressões do caleidoscópio global. As mais diferentes manifestações de diversidade são transformadas em desigualdades, marcas, estigmas, formas de alienação, condições de protesto, base das lutas pela emancipação... Assim, a questão social, que alguns setores de países dominantes imaginavam superada, ressurge com outros dados, outras cores, novos significados" (Ianni, 1992: 143-144).
13. A esse respeito, ver as considerações de Mészáros acerca da fragmentação do trabalho em decorrência da divisão social do trabalho sob o capital, em "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", particularmente o item "The Division of Labor" (Mészáros, 1987: 99-101).
14. Serge Mallet (1973: 29), há duas décadas, desenvolveu a tese de que, por encontrar-se no centro do complexo produtivo mais avançado, a *nova classe operária* seria levada a apreender antes que os segmentos tradicionais da classe trabalhadora, os pólos de contradição do sistema.
15. Para André Gorz, a *não-classe dos não-trabalhadores* "é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social possível que não essa não-classe". Ou, conforme outra passagem: "O reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais: só pode ser instaurado pelo ato fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador: pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes" (Gorz, 1982: 16 e 93). Para quem escreveu um capítulo sobre "o proletariado segundo São Marx", as citações que fizemos acima dão também uma amostra de que Gorz não se pautou, nem um pouco, pela ausência de enorme dose de religiosidade, ao caracterizar as possibilidades de ação da "não-classe dos não-trabalhadores".

APÊNDICE